



**Ata da 14ª (décima quarta) Sessão ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 03 de maio de 2022, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa.** À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, João Bechara Netto, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira de Magalhães, Alquimar Ferreira da Silva, Lucimar Alves Soares, Lenildo Henriques e Renildo Nascimento Peçanha.** A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 75/2022. Ementa:** Solicitação de doação. **Autoria: Grazielle Thompson – Enfermeira. Ofício EXTERNO Nº 76/2022. Ementa:** Ofício Iprevita Nº 063/2022 - Certificado de Regularidade previdenciária (CRP). **Autoria: IPREVITA. Indicação Nº 39/2022. Ementa:** Indica a elaboração de estudos para viabilização de projetos na área pecuária, especialmente na criação de concurso leiteiros em áreas produtivas do município de Itapemirim, como por exemplo, nos Distritos de Piabanha do Norte, Itapecoá e Rio Muqui, dentre outros. **Autoria: Vereador Lenildo Henriques. Indicação Nº 38/2022. Ementa:** INDICO ao EXMO. SR. Prefeito Municipal em exercício, José de Oliveira Lima, que empreenda esforços junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Interior, a fim de inserir o Programa de Conservação do Solo (caixa seca), para resolver o desequilíbrio das águas pluviais, a técnica da caixa seca nada mais é que um buraco cavado em encostas nas margens das estradas que capta a água da chuva e os sedimentos levados por ela. **Autoria: Vereador Alquimar Ferreira da Silva.** Após, o vereador João Bechara fez 02 observações: o 1º ponto foi com relação ao parecer prévio do Tribunal de Contas relacionada as contas de 2017, que está na Câmara aproximadamente há 03 meses com a liberação do parecer da Comissão Permanente COFINOR para a Comissão COFIS emitir o parecer, pediu que os vereadores dessem celeridade aos processos, pois a população estaria cobrando e o 2º ponto foi com relação aos projetos de lei a serem apreciados, com 30 dias da pose do prefeito José Lima até o presente momento não teria enviado nenhum projeto para a Câmara, vereador João Bechara já teria cobra a revisão salarial referente a 2019 e 2020 no percentual aproximadamente de 5%, que a prefeitura tem praticamente pronto, basta ver a questão orçamentária de impacto e encaminhar à Câmara Municipal para agradecer algo que é de direito dos funcionários. **Vereador Renildo:** Cumprimentou a todos, pediu ao pessoal da Comissão que dessem prioridade ao projeto da prestação de contas, pois está sendo cobrado na rua e os vereadores acusados de omissão por não terem dado parecer das contas do prefeito cassado. **Presidente Paulo Sérgio:** Convocou uma reunião com a Comissão COFIS para apreciação e parecer. **Vereador Júlio César Magalhães:** Disse que o referido assunto acima citado já deveria estar na pauta independente de reunião acredita estar faltando uma comunicação. **Vereador João Bechara:** Disse que o referido processo é bastante complexo, pois sabem que o Tribunal de Contas opina e recomenda, mas o julgamento final é a Câmara que faz, portanto, o mesmo rito que o Tribunal faz, precisam fazer na Câmara no sentido de oportunizar aos doutores Luciano e Thiago que tiveram as contas rejeitadas a oportunidade de defesa administrativa escrita e oral no dia do julgamento igual faz o Tribunal de Contas, a diferença é que na Câmara não tem auditor técnico para analisar,



mas precisam fazer isso para evitar a nulidade, pois a população pode entender que a Câmara estaria atropelando propositalmente para ajudar "os caras", e eles não estão para passar a mão na cabeça de ninguém, portanto sugeriu a Comissão COFIS que fizesse a modificação da defesa escrita dos dois com prazo, fazendo o julgamento justo evitando assim nulidade e não decepcionar a sociedade que aguarda o julgamento em relação as prestações de contas. **Vereador Júlio César Magalhães:** Acredita que o próprio rito por si só oferece tempo as partes acusadas de se justificarem oral ou escrita, e não pode ocorrer é o trâmite ficar parado na Comissão. **Vereador João Bechara:** Saiu em defesa do vereador Júlio César Magalhães e disse que precisa ter comunicação interna quando o trâmite digital for encaminhado para a mesa de trabalho do vereador que for o presidente da Comissão, para evitar o desconforto de perder prazo e evitando assim que as pessoas pensem que o algum membro da Comissão está segurando o processo. **Vereador Presidente Paulo Sérgio** disse que o processo eletrônico está na Câmara desde o ano 2016, alguns vereadores tomaram posse em 2021 e certamente deveriam ter sido mais treinados, se comprometeu a fazer isso por ser algo novo para muitos, confessou quando tem disponibilidade consulta sua mesa de trabalho todos os dias, veio de outra legislatura e implantou o processo na Câmara em 2016, tem desenvoltura para acessar o sistema sem desembaraço, mas os vereadores que tomaram pose em 2021 precisam tomar mais ciência das funcionalidades que o sistema eletrônico tem considerado inovador e transparente, enquanto o treinamento não chega, estará orientando e treinando os vereadores através de sua assessoria para que tomem ciência do rito processual da apreciação do parecer do Tribunal de Contas e não venha ser atropelado e cada um faça consciente, agradeceu a presença de todos e não havendo mais a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

  
Paulo Sérgio de Toledo Costa  
Presidente

João Bechara Netto  
Vice-Presidente

**DEMAIS EDIS:**

Alcides de Jesus Costa  
Esposito da Costa Rocha  
Benildo Henriquez

Remildo Nascimento Picanha

Júlio César F. M.

Aluísio César

ANTONIO CARLOS HELVÉCIO